

DOCUMENTAÇÃO DO CONHECIMENTO ECOLÓGICO DOS PESCADORES DA ILHA DA PONTA ESCURA, PARQUE ESTADUAL DE ITAPUÃ, RS

Coordenador: LOVOIS DE ANDRADE MIGUEL

Autor: CAROLINA DAL MAGRO COLOMBO

O Parque Estadual de Itapuã (PEI) foi criado pelo Decreto nº 22.535 de 14/07/1973, durante uma fase inicial e efervescente do movimento ambientalista gaúcho, como resultado da luta contra os cortadores de pedra, iniciada por José Lutzenberguer. De acordo com seu plano de manejo, ocupa uma área de 5.566,5 ha depois da anexação da Lagoa Negra em 1991, e das Ilhas das Pombas, do Junco e da Ponta Escura, em 1993. Entretanto, ao anexar a Ilha da Ponta Escura, se depararam com a comunidade local lá residente, hoje cinco pessoas sendo quatro de pescadores. Durante as administrações anteriores do Parque, conseguiu-se realizar acordos que mantiveram essa comunidade local residente em território do Parque dado a importância do manejo e fiscalização realizado por eles. Contudo, pelo fato desta ilha pertencer a uma área de proteção integral, que possui uma série de normas de preservação a serem cumpridas, não permite a permanência de pessoas no território do Parque, o que gera uma situação de conflito com este grupo. A Ilha da Ponta Escura, mais conhecida como Ilhota, sofreu vários tipos de impactos ambientais, dentre eles: dragagem de areia, invasão de espécies alóctones como mexilhão dourado e o javali, pesca predatória, uso de desfoliantes por empresas instaladas nas imediações, acúmulo de lixo trazido também pelo Guaíba. Os pescadores começaram a reparar nas consequências desses impactos e reagiram em uma tentativa de salvar a ilha. Como houve a dragagem de areia e a perda de grande parte do juncal pela preda do mexilhão dourado a ilha começou a perder seu território, em vista disso os pescadores contra-atacaram plantando espécies nativas na ilha ou mesmo resgatando as figueiras e árvores que a água insistia em levar embora. Os pescadores recolhem também todo o lixo trazido pelas águas que, pelos problemas atuais, não podem mais levá-lo ao Parque, ficando então armazenado na Ilha. Quanto à criação de Unidades de Conservação ressalta-se a importância de uma real avaliação dos impactos ambientais, e dos impactos nas comunidades afetadas pela criação dos parques. Partindo do pressuposto de que as áreas escolhidas para serem refúgios naturais, normalmente são áreas que já se encontram preservadas, pode-se sugerir que as comunidades que vivem nesses locais possuem maneiras mais equilibradas de se relacionar com a natureza do que as

urbano-industriais, conhecendo e respeitando as peculiaridades do local. Neste contexto, uma proposta para uma gestão e implementação mais eficiente das unidades de conservação poderia abranger os conhecimentos e práticas destas sociedades nos seus planos de manejo de manejo. Esta é a alternativa a que se propõe este estudo, através da documentação e avaliação da relação existente entre os pescadores da Ilha da Ponta Escura com os recursos naturais do local e com o Parque Estadual de Itapuã. Os métodos de coleta de dados utilizados foram: a entrevista com roteiro semi-estruturado, a fotoetnografia e o levantamento e identificação das plantas para a avaliação da recuperação de áreas degradadas. As entrevistas têm o intuito de registrar as percepções dos pescadores em relação às mudanças ocorridas com a implementação da UC e também suas relações com os recursos naturais visando buscar maneiras de integrar os pescadores nas atividades do parque. Já foi constatado que os pescadores auxiliam na fiscalização do parque, sendo essa prática participativa positiva na medida que integra a comunidade e se estabelece uma relação de respeito com a unidade de conservação. Foram realizadas duas saídas a campo até o presente momento e os resultados preliminares sugerem um manejo sustentável dos recursos caracterizado pelo plantio em linha ou ao acaso de essências nativas e não-nativas da UC, visando controlar a erosão, a recuperação da área degradada, a obtenção de frutos, mel e plantas medicinais. Também foram caracterizadas outras atividades de manejo como a coleta de lixo e a recuperação de plantas que desbarrancam da ilha e seu posterior plantio. A atividade de fiscalização realizada voluntariamente é um desafio, principalmente em relação à caça, que os coloca em atrito direto com outros pescadores das Colônias Z4 e Z5. Segundo as entrevistas já realizadas, embora os moradores da ilha tenham demonstrado um desconforto em relação à existência da UC, houve a aceitação da maioria das regras impostas pelos seus gestores. Por outro lado, observou-se que a gestão do Parque ignora algumas atividades de manejo realizadas pelos pescadores. Neste contexto acredita-se ser de grande importância a documentação, o auxílio e a extensão dessas atividades a outras áreas, integrando maior número de pessoas, principalmente da área de entorno do parque. A partir de maiores esforços de campo espera-se obter uma caracterização aprofundada das relações existentes entre os pescadores da ilha e a Unidade de Conservação e das atividades de manejo com vistas a incorporá-las na próxima revisão do plano de manejo. (Apoio: Prorext)